



SECRETARIA DA FAZENDA DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

2016

**CONTADORIA E
AUDITORIA-GERAL DO ESTADO**

ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE
CONTROLE INTERNO DO ESTADO DO RS





Governo do Estado do Rio Grande do Sul

José Ivo Sartori
Governador do Estado

Giovani Feltes
Secretário de Estado da Fazenda

Álvaro Panizza Salomon Abi Fakredin
Subsecretário da Fazenda e
Contador e Auditor-Geral do Estado

Sumário

Apresentação	06
Histórico	08
Competência Institucional	10
Estrutura Organizacional	12
Recursos Humanos	16
Execução Orçamentária	22
Diretrizes E Estratégias Para Execução Das Atividades	24
Atividades Desenvolvidas	28



APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Atividades da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) destina-se a apresentar informações relativas à atuação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2016, proporcionando transparência acerca da aplicação dos recursos disponíveis, das atividades realizadas e dos resultados alcançados.

O documento aborda, em seu primeiro capítulo, uma breve descrição da história da CAGE, destacando os principais eventos ocorridos desde a sua criação, em 1948. O segundo capítulo trata das competências do órgão e lista as principais normas que regem a sua atuação. O terceiro capítulo apresenta a estrutura organizacional, possibilitando a compreensão acerca da posição institucional da CAGE em relação ao Estado e de sua estrutura interna. O quarto capítulo aborda questões relacionadas aos recursos humanos, apresentando a estrutura de pessoal disponível, as carreiras que compõem o órgão e as iniciativas adotadas para melhorar a qualificação, o aperfeiçoamento e a capacitação do quadro de servidores. O quinto capítulo traz uma síntese das informações relacionadas à execução orçamentária e financeira do órgão no exercício de 2016. O sexto capítulo destaca as principais estratégias que norteiam a atuação da CAGE, descrevendo sucintamente a estrutura e funcionamento do seu planejamento estratégico. No sétimo capítulo, são apresentadas as principais atividades desenvolvidas no ano.

Esse relatório contou com a colaboração de diversos servidores integrantes das seis Divisões da CAGE que, durante o ano, forneceram as informações necessárias à sua confecção, para os quais prestamos nossos sinceros agradecimentos.

Por fim, para esclarecimentos adicionais que se fizeram necessários enfatiza-se que a CAGE poderá ser contatada por meio do endereço eletrônico cage@sefaz.rs.gov.br.



HISTÓRICO

A Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948, criou a Contadoria-Geral do Estado com o intuito de conferir maior agilidade e confiabilidade nas informações contábeis, uniformizando procedimentos e harmonizando a atuação dos órgãos estaduais. Além das atividades próprias da contabilidade, a Contadoria-Geral já exercia à época funções típicas de controle interno, como a elaboração de parecer sobre as contas dos gestores e a colaboração com o Tribunal de Contas.

Em 1949, por meio da Lei nº 731/49, foi criado o quadro de pessoal do órgão, composto por Contadores, Guarda-livros, Auxiliares de Contabilidade, entre outros.

O Decreto nº 20.193/1970 criou o Sistema de Contabilidade e Auditoria do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como órgão central a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), passando a ser a nova denominação do órgão. Nessa ocasião, foi institucionalizada a função de auditoria por meio da criação da Divisão de Auditoria.

A Constituição Estadual de 1989 atribuiu à CAGE a responsabilidade de coordenar o sistema de controle interno estadual, previsto no art. 74 da Constituição Federal. Determinou, também, que sua atuação se daria junto às unidades administrativas dos três Poderes Estaduais.

Em 2010, foi editada a Lei Complementar Estadual nº 13.451/2010, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado. A norma trata das funções institucionais e da organização do órgão, além de tratar da carreira de Auditor do Estado.



COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado é o órgão central do sistema de controle interno do Estado do Rio Grande do Sul, com funções institucionais junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado.

O órgão desenvolve atividades nas áreas de Contabilidade e Auditoria, abrangendo a Administração Direta e Indireta do estado.

A Lei Complementar Estadual nº 13.451/2010 é a Lei Orgânica da CAGE e estabelece suas competências. Dentre as principais, pode-se citar:

- I.** exercer, a título de controle interno, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e demais princípios constitucionais;
- II.** comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito da Administração Pública Estadual;
- III.** apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- IV.** efetuar os procedimentos relativos a relevação contábil da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito dos três Poderes do Estado, do Ministério Público e dos fundos especiais, bem como orientar e assessorar as entidades da Administração Indireta na organização de seus sistemas contábeis e de controle interno;
- V.** realizar auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial na Administração Direta, nas autarquias, nas fundações de direito público e de direito privado, nas sociedades de economia mista e nas suas subsidiárias, bem como nas entidades de direito privado que apliquem recursos públicos, emitindo os respectivos relatórios e pareceres
- VI.** realizar o levantamento do Balanço Geral do Estado e do Balanço Consolidado do Setor Público Estadual;
- VII.** elaborar a prestação de contas anual do Governador do Estado;
- VIII.** Exercer o controle sobre todos os atos daqueles que, a qualquer modo, arrecadem rendas, efetuem despesas ou administrem bens do Estado;
- IX.** manifestar-se previamente sobre a criação ou organização de sistemas de controle interno, no âmbito da Administração Pública Estadual;
- X.** normatizar e padronizar os procedimentos relativos à contabilidade, auditoria, fiscalização e avaliação de gestão, na área de sua competência;
- XI.** gerenciar sistemas de informações de uso do controle interno;
- XII.** avaliar as estruturas de controle e os sistemas de informações utilizados pela Administração Pública Estadual, quanto à sua integridade e segurança;
- XIII.** promover ações com vista a assegurar a transparência das contas públicas;
- XIV.** apoiar e estimular o exercício do controle social;
- XV.** participar de órgãos colegiados de controle interno e de contabilidade de abrangência regional, nacional ou internacional.

A hand holding a black marker is drawing a white organizational chart on a dark blue background. The chart consists of several rectangular boxes connected by lines, representing a hierarchical structure. The hand is positioned in the upper right, with the marker tip touching one of the boxes. The background is dark blue with a teal triangle on the right side.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

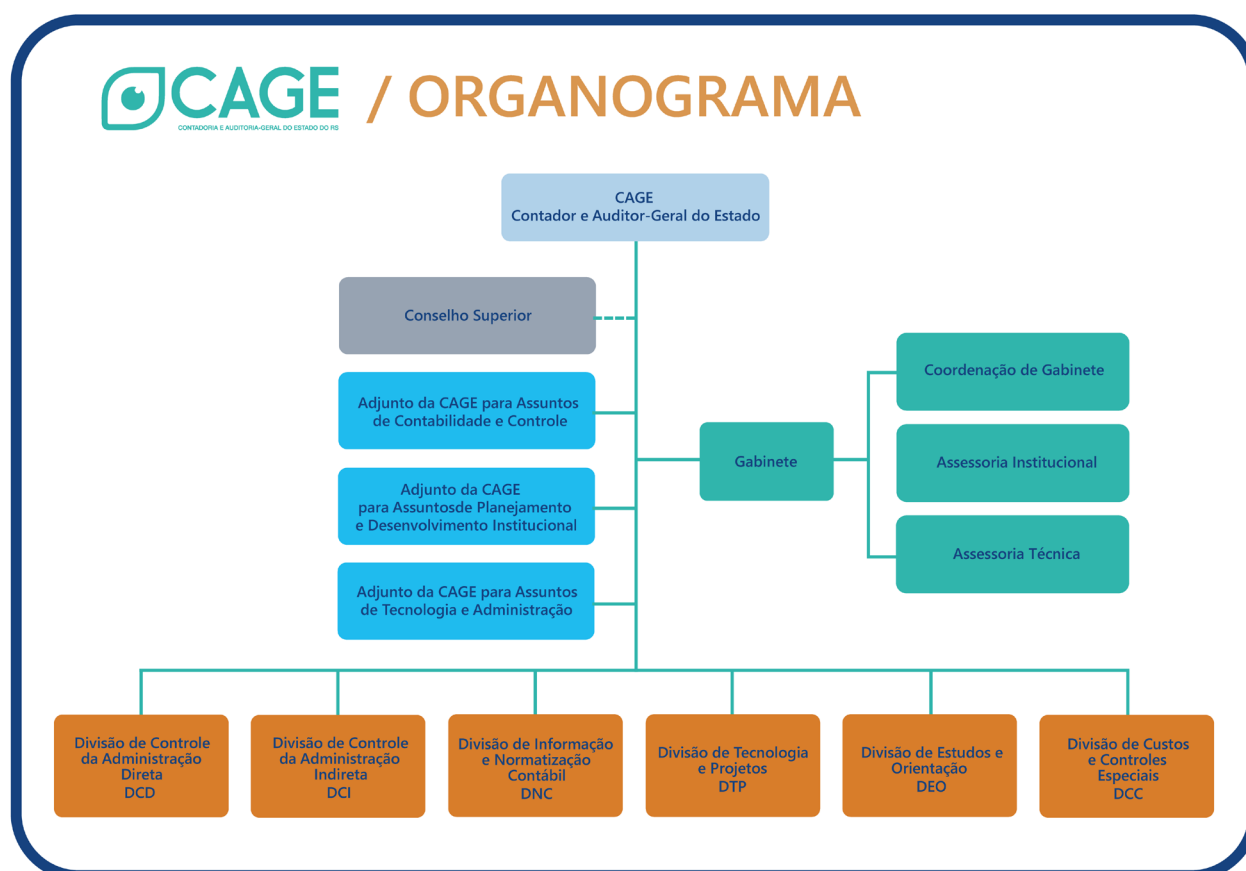
4.1. Posição Institucional

A CAGE integra, como uma Subsecretaria, a estrutura da Secretaria da Fazenda do Estado, estabelecida pelo Decreto nº 47.590/2010, conforme organograma a seguir:



4.2. Estrutura Interna

A CAGE tem sua estrutura básica institucionalizada no artigo 13 do supracitado Decreto, conforme demonstrado abaixo:



O órgão é dirigido pelo Contador e Auditor-Geral do Estado, que possui prerrogativas de subsecretário e é auxiliado, na direção, pelos Adjuntos para assuntos de Contabilidade e Controle, de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e de Tecnologia e Administração.

O Conselho Superior (CS) possui competência para tratar de assuntos de relevância institucional, tais como o regimento interno, matérias conflitantes, alterações na estrutura, ética funcional e normas disciplinares, entre outros. Atualmente o Conselho é Presidido pelo Contador e Auditor-Geral do Estado, e integrado pelos três Adjuntos, três auditores indicados e sete membros eleitos pelos Auditores da CAGE.

A Equipe Diretiva da CAGE é composta pelo Contador e Auditor-Geral do Estado, por três Adjuntos e pelos Chefes das seis Divisões.

A Divisão de Controle da Administração Direta (DCD) atua principalmente no controle da execução da despesa pública na Administração Direta (Secretarias) e nos demais Poderes (Judiciário, Legislativo) e órgãos autônomos administrativamente (Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado). Também fornece orientações aos gestores públicos sobre diversos assuntos relacionados ao controle interno. Conforme estabelecido na Portaria CAGE nº 27/2011, na Administração Direta e demais Poderes, a CAGE é organizada em 17 Seccionais, que são estruturas vinculadas às Se-

cretarias de Estado, aos Poderes Judiciário e Legislativo e ao Ministério Público.

A Divisão de Controle da Administração Indireta (DCI) atua por meio de auditorias nas entidades da Administração Indireta para orientar e avaliar os gestores quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos seus atos de gestão, bem como realizar avaliações dos programas de governo. Possui em sua estrutura sete Setoriais de Auditoria, além de uma Delegação junto ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS.

A Divisão de Informação e de Normatização Contábil (DNC) é responsável pelo planejamento, pela padronização e pela orientação contábil, além da elaboração dos balanços e demonstrativos contábeis/financeiros do Estado.

A Divisão de Tecnologia e Projetos (DTP) é a área responsável por coordenar e desenvolver soluções em Tecnologia da Informação para o Estado no que se refere ao controle da execução da despesa pública, principalmente pela criação, modificação ou aperfeiçoamento de sistemas de informações.

A Divisão de Estudos e Orientação (DEO) atua na produção de instrumentos normativos e orientação aos gestores públicos visando à uniformização de procedimentos, além de ser responsável pelo acompanhamento da atualização legislativa em âmbito estadual e federal.

A Divisão de Custos e Controles Especiais (DCC) é responsável pela implantação do sistema Custos-RS, que está proporcionando mais informações gerenciais aos gestores públicos.



RECURSOS HUMANOS

5.1. Quantitativo de cargos ocupados e cargos vagos

O quadro de pessoal da CAGE é regido pela Lei Complementar nº 13.451/10 (Lei Orgânica da CAGE), que criou a carreira de Auditor do Estado (AE), cargo com atribuições específicas e exercício exclusivo na área de Controle Interno da Administração Pública Estadual. Atualmente, por força desta Lei, também atuam na CAGE Auditores-Fiscais

da Receita Estadual (AFRE), Técnicos Tributários da Receita Estadual (TTRE), Operadores de Máquina de Contabilidade, servidores da extinta Caixa Econômica Estadual e ocupantes de Cargos em Comissão.

Considerando-se todos os cargos ocupados, em dezembro/2016, a CAGE possuía 157 servidores distribuídos da seguinte forma:

Cargo	Quantidade	% do total de servidores
Auditor do Estado (AE)	47	29,9
Auditor-Fiscal da Receita Estadual (AFRE)	52	33,1
Técnico Tributário da Receita Estadual (TTRE)	50	31,8
Operador de Máquina de Contabilidade	3	1,9
Cargos em Comissão	2	1,3
Servidores da extinta Caixa Econômica Estadual	3	1,9
Total	157	100

Comparando-se a movimentação do número de servidores das principais carreiras (AFRE, AE e TTRE) ao longo do ano de 2016 (conforme tabela a seguir), observa-se que houve uma **redução de 6% no total**

de cargos ocupados. Se considerarmos apenas os cargos ocupados de Auditores, essa **redução foi ainda maior, de 14%** (115 cargos de Auditores ao final de 2015 e 99 cargos ao final de 2016).

Cargos ocupados		
Cargo	Dez/2015	Dez/2016
Auditor do Estado (AE)	53	47
Auditor-Fiscal da Receita Estadual (AFRE)	62	52
Técnico Tributário da Receita Estadual (TTRE)	43	50
Total	158	149

Atualmente há **123 cargos de Auditores do Estado vagos de um total de 170 cargos** previstos na Lei nº 13.451/2010 – ou seja, 72% de cargos vagos. Se, porém, considerarmos o quantitativo de todos os cargos de Auditores lotados na CAGE (AEs e AFREs, com idênticas prerrogativas de AEs) em relação ao total de cargos de Auditores previstos na lei (170), esse percentual reduz para 42% de cargos vagos – ressalte-se percentual ainda elevado

para atender às demandas atuais e aos desafios que se apresentam ao órgão de controle interno.

Além dos cargos citados anteriormente, desempenham atividades na CAGE também estagiários e postos de trabalhos terceirizados. Os servidores, estagiários e postos terceirizados (compreendem as atividades de servente, recepcionista, contínuos e auxiliar de serviços) estão distribuídos nas áreas de atuação conforme tabela abaixo:

Áreas de atuação	Servidores	Terceirizados	Estagiários	Total	%
Gabinete	9	3	0	12	5,2
Divisão de Estudos e Orientação	9	5	2	16	6,9
Divisão de Custos e Controles Especiais	7	3	0	10	4,3
Divisão de Tecnologia e Projetos	11	3	0	14	6,0
Divisão de Informação e de Normatização Contábil	7	1	0	8	3,4
Divisão de Controle da Administração Direta	87	37	11	135	57,9
Divisão de Controle da Administração Indireta	27	9	2	38	16,3
Total	157	61	15	233	100

5.2. Aprimoramento do corpo técnico

As atividades desenvolvidas pela CAGE exigem um conhecimento técnico específico e aprofundado em diversas áreas de sua atuação, tais como: contabilidade, auditoria, legislação (fiscal, societária, tributária, administrativa, etc), licitações, pessoal, tecnologia da informação, transparência e controle interno, prevenção e combate à corrupção. Dessa forma, torna-se imprescindível a atualização constante dos servidores para que exerçam suas atividades de forma eficiente e efetiva.

No ano de 2016, os servidores da CAGE participaram de 59 eventos de capacitação, totalizan-

do 776 horas de treinamento, sendo que 76,7% dos servidores (112, no total) foram treinados na carga horária mínima estabelecida de 6 horas anuais – meta estabelecida no Planejamento Estratégico da SEFAZ.

Os principais temas abordados nas capacitações foram: legislação e normas sobre controle interno; contabilidade e auditoria; transparência e educação fiscal; administração Pública; tecnologia da informação e sistemas; desenvolvimento pessoal e gestão, estratégia e processos. Os cursos e treinamentos realizados estão relacionados na tabela a seguir:

Nome do curso	Nome da instituição realizadora	Carga Horária
17º Congresso Internacional da Gestão - PGQP	PGQP - Programa Gaúcho de Qualidade Pública	8
20º Congresso Brasileiro de Contabilidade	Conselho Federal de Contabilidade - CFC	18
25º CTC - Capacitação e Transmissão do Conhecimento	CAGE - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado	4
26º CTC - Capacitação e Transmissão do Conhecimento	CAGE - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado	4
27º CTC - Capacitação e Transmissão do Conhecimento	CAGE - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado	4
28º CTC - Capacitação e Transmissão do Conhecimento	CAGE - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado	4
37º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna - CONBRAI	Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA	20
Access Avançado - SenacRS	SENAC - RS	24
Brainstorming: O Estatuto Jurídico da Empresa Pública e da Sociedade de Economia Mista	Instituto de Pesquisa Gianelli Martins	8
Curso Access Fundamental - SenacRS	SENAC - RS	36
Curso Excel Básico - EaD	SEFAZ - Rio Grande do Sul	30
Curso sobre Modelagem de Processos	FDRH - Escola de Governo	32
Dicção, Oratória e Desinibição	CDP - Centro de Desenvolvimento Pessoal	16
EAD - Conheça o Software STATISTICA	StatSoft South América	4
EAD - PROA - Processos Administrativos - v5.0	PROCERGS	5
Encontro com os Contadores do Estado	SEFAZ - Rio Grande do Sul	3
Encontro do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios - GTREL	Centresaf / DF	16
Excel Dashboard	SENAC - RS	24
Excel Intermediário / Avançado	SENAC - RS	24
Excel VBA - In Company	SENAC - RS	60
Fiscalização de Contratos de Prestação de Serviços	SUPAD - Supervisão de Administração	8
Fórum dos Grandes Debates: Governança Aplicada no Setor Público	Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul	4

Nome do curso	Nome da instituição realizadora	Carga Horária
Gestão de Contratos de TI - GCTI - ENAP	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	30
II Seminário de Auditoria Governamental	Controladoria-Geral da União	12
II Seminário de Formação "Nós e as Políticas Públicas"	FADERS - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PcD e PcaH no RS	4
III Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público	ESAF - Escola de Administração Fazendária	24
Introdução à Gestão de Processos - ENAP	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	20
Nossa CAGE IV: Conhecimento, Atitude, Gestão e Equipe	SEFAZ - Rio Grande do Sul	8
Nossa CAGE V: Conhecimento, Atitude, Gestão e Equipe	SEFAZ - Rio Grande do Sul	8
Nossa CAGE VI: Conhecimento, Atitude, Gestão e Equipe	SEFAZ - Rio Grande do Sul	8
Novos Modelos de Editais e Contratos - Decreto nº 52.823/15	PGE - Procuradoria-Geral do Estado	3
Orçamento Público: Conceitos Básicos 2016	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	30
Palestra: Criatividade e Inovação: Superando Expectativas no Serviço Público	SEFAZ - Rio Grande do Sul	1
PMDay Setor Público - Práticas de sucesso em gerenciamento de projetos no setor público	PMI - Project Management Institute	5
Power Point - SENACRS	SENAC - RS	24
Report - Relatórios de Auditoria	Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA	16
Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas - LEI 12.846/13	Tribunal de Contas do RS - TCE / RS	13
RHE - Confirmação da Situação Funcional	SEFAZ - Rio Grande do Sul	8
SECONEX - Licitações e Contratos - Foz do Iguaçu	TCE PR - Tribunal de Contas do Estado do Paraná	21
SEFAZ VIDA: Curso "Comunicação Empática"	SEFAZ - Rio Grande do Sul	32
SEFAZ VIDA: Fazendarte 2016 - Oficina de Scrapbooking	SEFAZ - Rio Grande do Sul	2

Nome do curso	Nome da instituição realizadora	Carga Horária
SEFAZ VIDA: Formação de Gestores - Curso "Comunicação Eficaz, Motivação e Liderança"	SEFAZ - Rio Grande do Sul	16
SEFAZ VIDA: Palestra "Educação Socioambiental"	SEFAZ - Rio Grande do Sul	2
SEFAZ VIDA: Palestra Saúde Sempre - Saúde e Adoecimento no Trabalho	SEFAZ - Rio Grande do Sul	2
Seminário com Gestores de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal	ESAF - Escola de Administração Fazendária	8
Seminário de Finanças do Estado	Tesouro do Estado/RS	2
SGO - Sistema de Gestão de Obras e Módulo Contrato de Obras - FPE	CAGE - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado	6
Sistema de Administração do Patrimônio do Estado - APE - Administradores	SEFAZ - Rio Grande do Sul	16
Treinamento Capacitação dos Gerentes e Facilitadores de Projetos - CAGE	Ernest Young - EY	16
Treinamento Capacitações dos Escritório de Projetos	Ernest Young - EY	16
Treinamento Capacitações dos Escritório de Projetos - CAGE	Ernest Young - EY	3
Treinamento Capacitações dos Escritório de Projetos - CAGE 22_08	Ernest Young - EY	8
Treinamento Convênios Secretaria da Educação	CAGE - Contadoria e Auditoria-Geral do Estado	2
V Congresso sobre Questões Polêmicas no Direito Tributário, Tribunais e Processos Administrativos	IARGS	16
Word Avançado	SENAC - RS	24
Workshop "Documentos de Auditoria"	SEFAZ - Rio Grande do Sul	4
Workshop de Difusão das Ações e Resultados do PROFISCO-RS	SEFAZ - Rio Grande do Sul	10
Total		776




EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento anual da CAGE em 2016 (R\$ 5,1 milhões) sofreu uma redução de 23,3% em relação ao de 2015 (R\$ 6,6 milhões), reflexo da crise financeira do Estado.

O quadro a seguir, apresenta a composição da dotação orçamentária e dos valores empenhados no exercício de 2016, por Projeto e Elemento de despesa:

Projeto e Elemento de Despesa	Dotação	Valor empenhado
1917 - Gestão do FUNSEFAZ – CAGE	4.376.000,00	4.341.573,68
33 - Passagem e Desp. com Locomoção	31.200,00	31.200,00
35 - Serviços de Consultoria	0,00	0,00
36 - Outros Serv. De Terc. Fis	1.850,00	
37 - Locação de Mão-de-Obra	194.000,00	194.000,00
39 - Outros Serv. de Terceiros	3.957.863,63	3.956.863,63
41 – Contribuições	25.000,00	25.000,00
47 - Obrigações Tributárias e Contrib.	1.370,00	217,52
52 - Equipamentos e Material	30.000,00	311,95
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	5.416,37	5.416,37
93 - Indenizações Restituições	129.300,00	128.564,21
1917 - Gestão da CAGE	509.000,00	487.794,53
14 - Diárias-Civil	40.995,73	39.667,64
30 - Material de Consumo	1.093,79	1.000,00
33 - Passagem e Despesas com Locomoção	8.007,69	7.268,12
39 - Outros Serviços de Terceiros	29.132,24	22.468,42
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	58.019,92	58.019,92
93 - Indenizações Restituições	371.750,63	359.370,43
5853 - Des. Imp. Sist. Cus. Adm. Est.	200.000,00	200.000,00
39 - Outros Serviços de Terceiros	200.000,00	200.000,00
6809 - Gestão Desenvolvimento Org. CAGE	20.000,00	0,00
39 - Outros Serviços de Terceiros	20.000,00	0,00
Total Geral	5.105.000,00	5.029.368,21

Analisando-se os dados apresentados, observa-se que houve a execução de 98,5% do orçamento destinado à CAGE no exercício de 2016.



DIRETRIZES E ESTRATÉ- GIAS PARA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

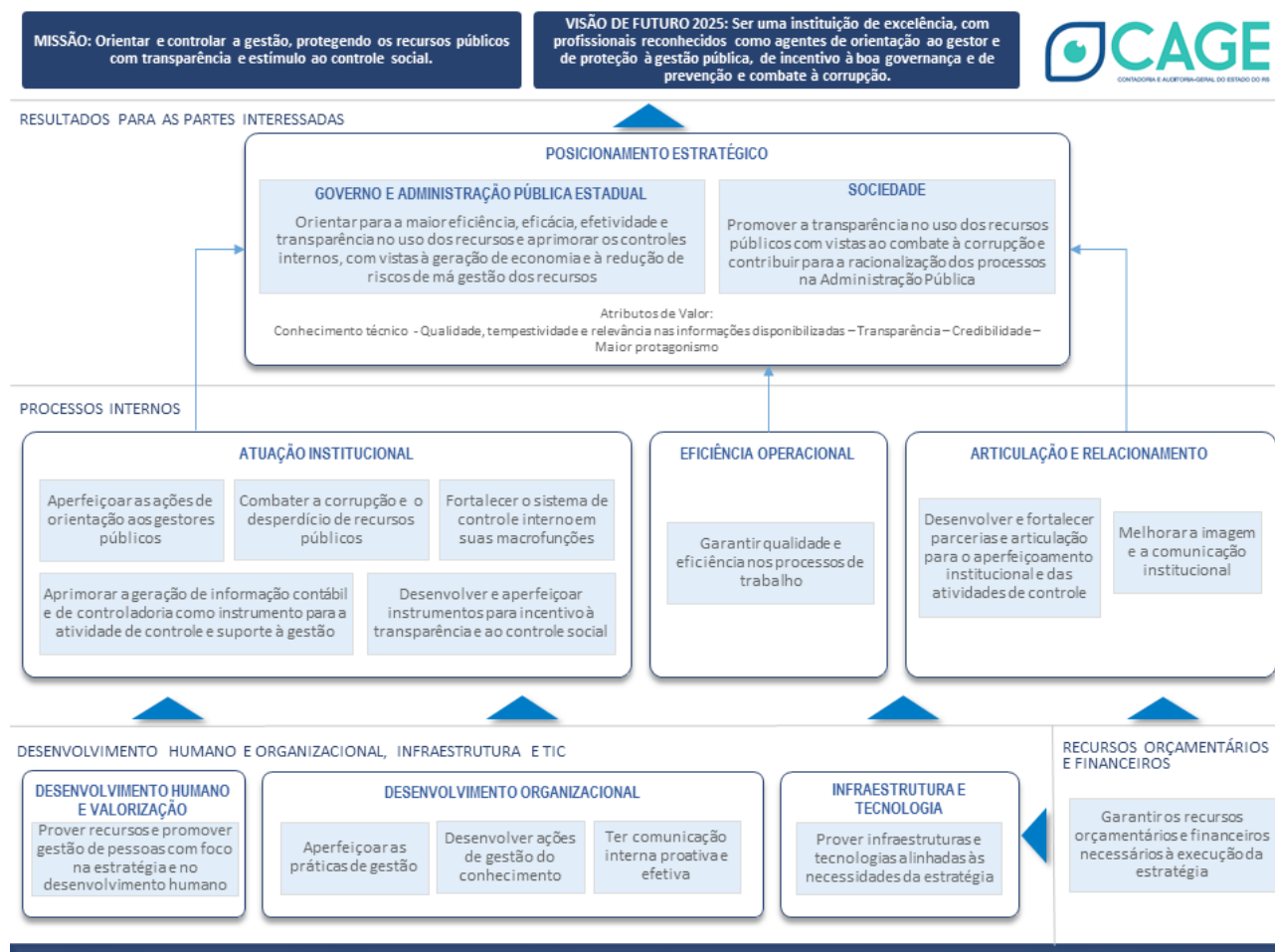
MISSÃO DA CAGE

A CAGE tem como missão “Orientar e controlar a gestão, protegendo os recursos públicos com transparência e estímulo ao controle social”. Sua visão de futuro é “Ser uma instituição de excelência, com profissionais reconhecidos como agentes de orientação ao gestor e de proteção à gestão pública, de incentivo à boa governança e de prevenção e combate à corrupção.”

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico da CAGE para o período de 2016 a 2019 foi elaborado com base no método Balanced Score Card (BSC), que consolida a estratégia institucional por meio de um Mapa Estratégico. O Mapa contempla a Missão, a Visão e os objetivos estratégicos do órgão.

O Mapa Estratégico da CAGE para o período de 2016 a 2019 está representado a seguir:



Na busca pelo cumprimento de sua missão e pelo alcance da sua visão, o órgão estabeleceu os seguintes objetivos estratégicos prioritários, relacionados à atuação institucional:

Aperfeiçoar as ações de orientação aos gestores públicos

Esse objetivo contempla investir em uma maior aproximação da CAGE com relação aos gestores públicos com o intuito de apoiar a tomada de decisão, com maior agilidade, tempestividade e uniformidade nas ações de orientação. Além disso, esse objetivo contempla a capacitação dos gestores para uso das diversas ferramentas disponibilizadas pela CAGE, objetivando uma gestão com foco em resultado e efetividade.

Alguns dos projetos que materializam este objetivo estratégico são:

- Agenda de Orientação aos Gestores Públicos
- CAGE Gerencial
- CUSTOS/RS

Combater a corrupção e o desperdício de recursos públicos

O combate à corrupção e ao desperdício de recursos públicos deve ser atingido por meio da estruturação da gestão das ações de inteligência, com uso intensivo de recursos tecnológicos. Além disso, contribuirá para esse objetivo a definição de critérios institucionais para identificação dos benefícios gerados pela atuação da CAGE e o desenvolvimento de metodologia baseada em riscos para a realização de auditorias e fiscalizações. Também deverá ser editada Lei estadual que conterà a participação da CAGE nos processos instaurados em decorrência da aplicação da Lei 12.846/2013 (Anticorrupção).

Os projetos que contribuem com o alcance deste objetivo são:

- Estruturação da Área de Informações Estratégicas
- Auditoria Baseada em Riscos
- PL 45/2015 que irá regulamentar no âmbito da administração pública estadual a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013

Fortalecer o sistema de controle interno em suas macrofunções

Esse objetivo trata do desenvolvimento de ações de melhoria do sistema de controle interno, incluindo o estabelecimento e a normatização de requisitos para o controle interno dos órgãos e entidades.

A principal ação que materializa este objetivo estratégico é:

- Agenda de Fortalecimento do Sistema de Controle Interno

Aprimorar a geração de informação contábil e de controladoria como instrumento para a atividade de controle e suporte à gestão

Esse objetivo será alcançado por meio de ações relacionadas ao aperfeiçoamento dos registros contábeis e à qualificação dos dados gerados, buscando transformá-los em informação gerencial para a tomada de decisão.

Alguns dos projetos que materializam este objetivo são:

- Criação da Seção de Informações Estratégicas
- Integração Contabilidade - FPE
- Sistema APE
- Relatório de Governança

Desenvolver e aperfeiçoar instrumentos para incentivo à transparência e ao controle social

O alcance desse objetivo contempla ações relacionadas ao aperfeiçoamento das ferramentas de transparência e ao reforço da atuação da CAGE relacionada ao incentivo do controle social.

O principal projeto que contribuirá com o objetivo é:

- Novo Portal da Transparência
- PILAS RS
- Portal de Convênios e Parcerias



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A CAGE desenvolve atividades nas áreas de Controle e Auditoria.

Das macrofunções afetas ao Controle Interno, não são exercidas pelo órgão as atividades relacionadas à Correição e à Ouvidoria.

A) Auditoria e Controle da Execução

Orçamentária

A CAGE realizou auditorias junto a 36 órgãos da Administração Direta e 40 entidades da Administração Indireta. Em 2016, foram realizados 109 trabalhos de auditorias, distribuídos conforme o quadro a seguir:

Tipo de auditoria	Quantitativo
Auditoria das Contas de Gestão	36
Auditoria de Acompanhamento	21
Auditoria de Exercício	52

Os 36 Relatórios de cotas de gestão dos órgãos da Administração Direta foram entregues ao TCE/RS em 29 de abril de 2016, cumprindo a meta de entregá-los no prazo legal.

Com relação as Auditorias de Acompanhamento, foram realizadas no total de 21, sendo 18 na Administração Direta e 3 na Administração Indireta. Essas auditorias têm por objetivo o acompanhamento contínuo e sistemático dos atos de gestão, permitindo a interação com os gestores públicos para agregar valor à gestão, prevenir desvios ou evitar a má aplicação de recursos públicos.

Já as Auditorias de Exercício da Administração Indireta foram realizadas, em 2016, um total de 52, superando a meta que era realizar 33. Esse trabalho resultou na expedição de 44 Comunicados de Auditoria, que é o documento destinado a relatar e/ou orientar os administradores sobre os atos de gestão, apresentando recomendações para regularização ou melhoria.

As Seccionais da CAGE junto aos órgãos da Administração Direta realizaram ainda o controle da execução orçamentária. O orçamento potencial controlado por meio das Seccionais totalizou em 2016 aproximadamente R\$ 46 bilhões. Foram em-

penhados pelos órgãos da Administração Direta e submetidos previamente ao exame das Seccionais da CAGE milhares de expedientes que, em conjunto, totalizaram em torno de R\$ 39.754 bilhões.

Parte deste montante foi objeto de 72 fiscalizações ao longo do ano, compreendendo um valor total superior a R\$ 24.126 milhões.

No controle das Prestações de Contas (PCT) encaminhadas pelos órgãos para exame, as Seccionais da CAGE analisaram, ao todo, 51.462 PCT's. As funções de governo com maior número de PCT's analisadas foram as áreas da Saúde, da Educação e da Segurança Pública.

B) Contabilidade

Exercendo o papel de órgão central de contabilidade, a CAGE realizou em 2016 as seguintes atividades, entre outras:

- Elaboração da Prestação de Contas do Governador do Estado;
- Elaboração e divulgação dos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
- Elaboração e remessa à Secretaria do Tesouro Nacional de diversos demonstrativos financeiros exigidos para fins de avaliação do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado;
- Elaboração de Relatórios de Governança bimestrais, contendo a evolução dos principais resultados e indicadores fiscais do Setor Governamental do Estado;
- Conciliação mensal do Balanço Financeiro e do Demonstrativo do Fluxo de Caixa;
- Atualização permanente do Plano de Contas e respectivos critérios contábeis;
- Elaboração do Comunicado Orientativo nº 01/2016, com o objetivo de comunicar ao Governo do Estado o atingimento do limite máximo das despesas com pessoal do Poder Executivo conforme determinado pela LRF;
- Análise e conciliação das Demonstrações Contábeis do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS: Balanços Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais.

C) Transparência

A CAGE é responsável pela transparência nas contas públicas estaduais e pelo fomento ao controle social.

Uma das principais ações nessa área é a gestão do Portal Transparência RS, considerado um dos melhores do Brasil em relação às informações sobre despesas e receitas públicas.

Desde 2009, o Portal Transparência RS tem sido uma ferramenta muito importante no objetivo de dar transparência à sociedade sobre as finanças públicas do Estado.

O número de acessos ao Portal aumentou 608,4% nos últimos anos (de 108.273 em 2012 para 767.015 em 2016).

Os assuntos mais visualizados em 2016 foram:

1. Pessoal: 59,5%
2. Gastos: 25,8%
3. Outras informações: 9,5%
4. Contratos: 1,7%
5. Convênios: 1,2%
6. Demais: 2,3%

Em 2015, iniciou-se a execução do projeto de reformulação do Portal Transparência RS, com o objetivo de torná-lo mais moderno, prático e adequado ao que exige a legislação relacionada. Essa reformulação vem sendo feita com financiamento do BID e o novo Portal deve estar pronto no segundo semestre de 2017.

Além do Portal Transparência RS, em 2016, a CAGE firmou parceria com a PROCERGS para o lançamento do aplicativo para smartphones chamado Plataforma de Informações de Livre Acesso à Sociedade (PILAS), iniciativa inovadora entre os órgãos de controle brasileiros com mais de 5 mil downloads e boa avaliação entre os usuários. O aplicativo está disponível para sistemas Android e iOS.

Por fim, outra iniciativa para ampliar a transparência no Estado foi o lançamento do Portal de Convênios e Parcerias RS (www.convenioseparcerias.rs.gov.br). Por meio deste portal, o cidadão pode acompanhar a aplicação das verbas de convê-

nios. Além de consultas de livre acesso, o portal é o meio para que entidades e prefeituras interessadas em conveniar com o Estado manifestem o interesse, apresentem seus projetos e verifiquem qual secretaria dispõe de recursos para estabelecer a parceria. O Estado também usará o portal para a divulgação de editais de chamamento público, uma exigência das novas normas que disciplinam a matéria, disponibilizando informações sobre o fluxo exigido para firmar as novas parcerias. O diferencial deste novo portal da CAGE é que todas as prestações de contas serão feitas eletronicamente, sem o uso de processo físico.

D) Demais Atividades

Em alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional estabelecido para o período 2016-2019, a CAGE tem atuado com enfoque preventivo, investindo em ações direcionadas a orientar os gestores públicos para uma melhor atuação, evitando o mau uso de recursos e buscando a efetividade das ações realizadas pela Administração.

Algumas das ações realizadas neste sentido ao longo do ano foram:

- Expedição de Informações Orientativas: Ao todo, foram emitidas 78 informações pela Divisão de Estudos e Orientação, além das centenas de informações emitidas em processos analisados pelas Divisões de Controle da Administração Direta e Indireta.
- Assessoramento direto e permanente aos órgãos e entidades, por meio de reuniões, contato telefônico, correio eletrônico, informação em expediente administrativo que têm como foco o auxílio ao gestor para a tomada de decisão e a busca conjunta de soluções para o aprimoramento das políticas públicas do Estado.
- Elaboração diária da Newsletter da CAGE, com assuntos relacionados ao controle interno, direcionada a toda a Administração Pública Estadual.
- Atualização diária do SINAGE, com normas estaduais e federais para consulta interna e externa: Em 2016 foram incluídos 343 documentos, realizada a revisão da legislação já inserida e das

legislações mais antigas.

- Realização de evento orientativo sobre a Lei das Estatais, que apresentou panorama sobre a Lei nº 13.303/2016 que trata do estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- Emissão de onze Instruções Normativas (IN's), nº 01 ao nº 11, versando sobre expedientes administrativos destinados à liquidação, ao pagamento de despesa e ao depósito de valores; convênios a serem celebrados no âmbito dos Poderes; parcerias a serem celebradas no âmbito dos Poderes; entre outros.

- Criação de manuais orientativos, entre eles o Manual dos Cubos do PortalBI (1ª Edição); siste-

ma fazendário para apresentação inteligente de dados; o manual do sistema Integração Estado Fornecedor, com curso em EAD; o manual do Módulo Contrato de Locação no sistema FPE; e o conteúdo e tutoria no curso sobre o sistema Finanças Públicas do Estado DW (turma 1) no Escola na Rede.

E) Resultados - Benefícios gerados

Em 2016, os benefícios gerados com a atuação da CAGE totalizaram R\$ 76,1 milhões, sendo 77% na Administração Direta e 23% na Administração Indireta. Esses benefícios decorrem da atuação preventiva principalmente em processos administrativos e em auditorias.

Assinatura do Balanço pelo Governador do Estado

No dia 25 de fevereiro o Balanço Geral do Estado foi assinado pelo Governador do Estado, fato que não ocorria desde 1999. Os demonstrativos foram entregues no tempo originalmente previsto e trouxeram, como novidade, um relatório que traduzisse aos atuais governantes, imprensa especializada e à sociedade gaúcha os principais números e resultados consubstanciados na principal peça da Contabilidade Pública Estadual. As auditorias contábeis também foram todas finalizadas antes da apuração consolidada das contas do Estado, produzindo maior garantia e fidedignidade informativa.



Sistema Custos-RS é apresentado ao Governador

No dia 31 de março o Governador recebeu Auditores da CAGE para apresentação do sistema Custos-RS. A ferramenta servirá para auxiliar na melhoria da performance da gestão do governo a partir da análise de custos nas diversas áreas de atuação, permitindo a adoção de medidas para corrigir as distorções observadas em benefício da diminuição dos custos, sem afetar o desenvolvimento do Estado.



Equipe da PROCERGS visita a CAGE

No dia 4 de abril o Presidente da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) esteve no Gabinete da CAGE para reunião com o Contador e Auditor-Geral do Estado. A Direção da Procergs trouxe suas preocupações com relação aos contratos de prestação de serviços de processamento de dados e seus encargos financeiros decorrentes, assim como outras questões operacionais que possam influenciar na gestão da companhia.



Secretário da Fazenda e Contador e Auditor-Geral do Estado entregam contas do Governo ao Presidente do TCE-RS

No dia 13 de abril o presidente do Tribunal de Contas do Estado recebeu o Secretário da Fazenda para entrega das contas do Governo referentes ao exercício de 2015, traduzidos no Balanço Geral do Estado do primeiro ano do Governo Sartori. Participaram da reunião o Secretário Adjunto da Fazenda e o Contador e Auditor-Geral do Estado, além de todo o corpo diretivo do TCE-RS.



Audiência Pública sobre precatórios teve participação da CAGE

No dia 11 de julho ocorreu uma Audiência Pública conjunta da Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle e Comissão de Segurança e Serviços Públicos, no Plenarinho da Assembleia Legislativa. O evento marcou a passagem da Semana Estadual de Conscientização dos Direitos dos Precatoristas. A intenção foi analisar os procedimentos adotados, a partir da instalação da Câmara de Conciliação em novembro do ano passado, pontuando avanços e identificando questões que podem ser aprimoradas. O Contador e Auditor-Geral ressaltou a importância da reunião e destacou que a CAGE acompanha de perto esse tema, abordando-o detalhadamente na Análise do Balanço Geral do Estado que a produz e apresenta anualmente como anexo à Tomada de Contas do Governador. Desta-

cou, também, que o Executivo vem cumprindo a legislação específica destinando 1,5% da RCL, mensalmente, de modo que o Judiciário possa fazer os pagamentos dentro da ordem legal de preferências.



XX Congresso Brasileiro de Contabilidade em Fortaleza tem participação da CAGE

A CAGE palestrou no XX Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em Fortaleza nos dias 11 a 14 de setembro. O representante da CAGE foi painelistista com o tema Sistema de Custos no Setor Público: Avanço, Desafios e Gestão. Na ocasião destacou-se que a falta de cultura no uso dessa ferramenta na área pública é o maior desafio a ser superado. Quanto à gestão, demonstrou-se que as análises objetivas obtidas a partir dos dados do Custos-RS, seja na comparação entre parâmetros externos, ou entre os diversos centros de custos, tanto na Administração Direta quanto na Indireta, trará benefícios na qualificação da prestação de serviço público e, conseqüentemente, para a melhora na percepção desta qualificação.



Reunião do PEMPAL-IACOP na Rússia tem participação da CAGE

A reunião do Public Expenditure Management Peer Assisted Learning – Internal Audit Community of Practice (PEMPAL-IACOP), entidade internacional coordenada pelo Banco Mundial e que reúne 22 países do Leste Europeu e Ásia Central, além de países pontualmente convidados como Holanda, África do Sul, França, Inglaterra e Brasil, neste seu 40º evento realizado em Moscou, na Rússia, tem a participação do Contador e Auditor-Geral do Estado, como membro convidado. Nesse encontro 28 países reunidos discutem as melhores técnicas de controle e gestão dos gastos públicos por meio dos Órgãos de Controle Interno e Auditoria Governamentais. O sistema de organização do controle governamental do Brasil e o aplicativo PILAS RS foram apresentados.



Portal de Convênios e Parcerias é mais uma entrega da CAGE em 2016

No dia em que completou 68 anos de existência, a CAGE apresentou aos gaúchos mais uma importante ferramenta de transparência e controle social sobre o uso dos recursos públicos. O Portal de Convênios e Parcerias RS é o novo canal de contato entre o Estado e organizações da sociedade civil (OSCs). Desenvolvido pela CAGE em parceria com a Procergs, foi apresentado na manhã do dia 28 de dezembro em evento realizado no Centro Administrativo do Estado. Além de gerenciar os convênios e parcerias celebrados pelo poder público no RS, o Portal será também uma plataforma para que qual-

quer cidadão acompanhe, de forma online, todas as etapas destes acordos. Prefeituras, hospitais filantrópicos e qualquer instituição que receba recursos do Estado por meio de convênio ou parceria deverá registrar na plataforma sua prestação de contas. O procedimento será mais ágil e transparente. Além do funcionamento do portal, foram apresentadas no evento as Instruções Normativas nº 5 e 6, que passam a regular as parcerias e os convênios respectivamente. Desta forma, o Estado se adequa a Lei 13.019/2014, a Lei das Parcerias.





GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA FAZENDA